

# Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas<sup>1</sup>

**Vilena Venancio Porto Aguiar<sup>2</sup>**

## Resumo

O artigo traz algumas considerações sobre a atuação dos movimentos de mulheres rurais, tomando como objeto de reflexão a Marcha das Margaridas, uma ação coletiva protagonizada por mulheres do campo e da floresta, que ocorre a cada quatro anos em Brasília. Considerando-a como parte do processo histórico de organização das mulheres trabalhadoras rurais, procuro resgatar aqui a emergência dos movimentos de mulheres rurais situados no contexto da abertura democrática da década de 1980, e sua atuação em anos recentes, no decorrer dos quais posiciono a Marcha das Margaridas. O artigo mostra que, apresentando uma transformação tanto na sua estrutura e dinâmica organizativa quanto no seu aparecimento público, a Marcha das Margaridas, atuando em rede, tem produzido visibilidade às mulheres do campo e da floresta, tem criado impacto na esfera pública e obtido conquistas para a cidadania, mostrando-se capaz de dialogar com o Estado e incidir sobre as políticas públicas.

**Palavras-chave:** Mulheres rurais. Participação. Movimento de mulheres. Marcha das Margaridas.

## I Introdução

A participação política e as intervenções dos movimentos de mulheres rurais no espaço público, em geral, vêm contribuindo significativamente para o seu reconhecimento como sujeitos de direito. Tal reconhecimento vem se expressando, particularmente nos últimos anos, na elaboração de políticas públicas que respondem às suas demandas e na construção de espaços institucionais empenhados em garanti-las (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015). Isso demonstra que a sua atuação, por meio de suas organizações e movimentos, tem conseguido não apenas dar-lhe visibilidade, mas, de alguma forma, “[...]”

---

1 Parte das reflexões que trago aqui é resultado da minha tese de doutorado intitulada: *Somos todas margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político, sendo, portanto, integrada à sua composição.*

2 Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).  
E-mail: [vilena@floripa.com.br](mailto:vilena@floripa.com.br).

incidir sobre a agenda pública” e “[...] adquirir legitimidade junto à sociedade e ao Estado” (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015, p. 571), que assim vem buscando incorporar algumas de suas temáticas nos espaços institucionais.

Tal atuação assumiu várias formas ao longo da história dos movimentos de mulheres rurais, de acordo com o contexto e as dinâmicas sociopolíticas e econômicas com as quais se depararam, evidenciando diferentes configurações e tendências assumidas por eles ao longo da sua história, das quais derivaram diferentes formas organizadas de ação coletiva, envolvendo ocupações, pressões, negociações e alianças. Nesse processo, as mulheres rurais, na sua diversidade, foram se constituindo e se afirmando como sujeitos políticos, assim como foram aprendendo a (re)inventar formas de fazer política. É sobre uma dessas formas que trata o texto: a Marcha das Margaridas, uma ação coletiva protagonizada por mulheres do campo e da floresta, como se nomeiam, que ocorre a cada quatro anos na capital federal.

O artigo constitui-se em duas partes: na primeira, esboço alguns aspectos que nos permitam compreender por que e em que momento as mulheres rurais passaram a se organizar em movimentos; na segunda parte, procuro explorar o que esses movimentos trazem de novo em anos recentes, tomando a Marcha das Margaridas e as potencialidades de sua ação política como objeto de reflexão.

## **2 Mulheres rurais em movimento**

Foi no contexto de abertura democrática da década de 1980 que os movimentos de mulheres ganharam força e significativa expressão nos processos de luta no campo, apesar de a sua participação nessas lutas não ser um fato novo. Articulados a outros segmentos sociais que reivindicavam, ainda no fim do regime militar, espaços de expressão política, esses movimentos se inseriam no que comumente passou a ser denominado de “novos movimentos sociais” que emergiram, canalizando os interesses de segmentos da população.

No processo de organização das mulheres do campo, destacam-se a agência da Igreja, por intermédio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pastorais; a emergência do “novo sindicalismo” e das “oposições sindicais”, e a atuação do movimento feminista. Por conseguinte, farei uma breve digressão de como a presença desses atores repercutiu nesse processo. Realizar “breves

digressões” sempre traz o risco de engessar momentos históricos ou situar as instituições como algo homogêneo e sem conflitos internos ou tensões. Entretanto, quero ressaltar que todos os movimentos aqui mencionados se inserem em processos sociais e políticos que se constituem como um feixe complexo de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis, e que, manifestando formas de fazer política, existiram como elementos significativos da sociedade (WILLIAMS, 1979, p. 115).

## 2.1 As CEBs, as pastorais e a participação das mulheres

A Igreja Popular, representada pelas Comunidades Eclesiais de Base e pelo trabalho pastoral<sup>3</sup>, constituiu a base da mobilização das mulheres rurais na abertura política e na transição democrática. As CEBs e as pastorais ofereceram às mulheres a experiência formativa que as levou a questionar a sua condição social (DEERE, 2004), levando ao surgimento dos primeiros grupos organizados de mulheres<sup>4</sup>. Tal experiência formou a base para a posterior emergência de vários movimentos de mulheres rurais em todo o País<sup>5</sup>. Portanto, a mobilização das mulheres rurais não se formou na prática sindical, mas foi anterior a ela (CAPPELLIN, 2009).

O surgimento das CEBs e também o desenvolvimento de grupos pastorais diversos, comprometidos com as causas políticas (MACHADO; MARIZ, 1997), foram inspirados na Teologia da Libertação, que, buscando defender os interesses sociais e econômicos dos socialmente desprivilegiados e materialmente carentes, proclamou a “opção preferencial pelos pobres”. Motivados por essa corrente teológica e sua base teórica, diversos grupos religiosos passaram a desenvolver trabalhos junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais. As CEBs, por sua vez, como espaços de organização, propiciaram a rápida

3 Com destaque para o trabalho da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que organizou grupos de mulheres em torno da luta pela terra, além de ter desempenhado um importante papel no surgimento do Movimento dos Sem-Terra (MST) (DEERE, 2004).

4 Inclusive, a criação de Clubes de Mães foi impulsionada pelas CEBs, datando dessa época o surgimento de muitos deles em todo o País. Onde os Clubes de Mães já existiam, as CEBs incentivaram o engajamento das mulheres.

5 Embora em número menor, havia, também, segundo Cappellin (2009, p. 646), grupos de matriz laica, formados a partir das mobilizações de resistência às expulsões dos moradores das fazendas, nos quais as mulheres, assim como nos grupos de matriz religiosa, tomavam a iniciativa de promover as reuniões, organizá-las e dirigi-las.

difusão da ideologia da Igreja Popular entre os leigos, manifestada, justamente, pela Teologia da Libertação.

Na década de 1970, as Comunidades Eclesiais de Base apresentaram um grande crescimento, sobretudo nas zonas rurais, onde, segundo Frei Betto (1985), elas mais se proliferaram, chamando a atenção, já no início dos anos 1980, pelo seu envolvimento político (MACHADO; MARIZ, 1997), ao se tornarem “[...] o centro de toda a efervescência da mobilização popular do campo, juntamente com as pastorais” (SCHAAF, 2001, p. 129). Muitos estudos tratam da expressiva participação feminina nessas formas associativas católicas (BURDICK, 1990; DROGUS, 1999; ALVAREZ, 1990; MACHADO; MARIZ, 1997; TEIXEIRA, 1988). Alguns deles justificam a presença majoritária de mulheres nesse espaço por ser ele regulado por elementos ligados à religião, atividade que, com o advento da sociedade moderna, se tornou cada vez mais restrita à esfera privada, onde, tradicionalmente, é atribuído à mulher o cuidado prioritário da família, inclusive o cuidado espiritual (PINHEIRO, 2007).

Nesse sentido, as CEBs ocuparam um lugar estratégico na trajetória política de muitas mulheres, justamente por estarem dispostas na transição entre a esfera privada (religião) – associada, numa perspectiva de gênero, à presença feminina – e a esfera pública (política), identificada, tradicionalmente, como um espaço masculino. Ao não colocarem restrições sociais à participação das mulheres, mas, ao contrário, ao ser um espaço amplamente aberto à participação delas, as CEBs acabaram por se tornar peças-chave no incentivo ao engajamento feminino no espaço público. Ao despertar as mulheres para a política, ao incutir nelas o desejo de participar das lutas sociais e das mobilizações por melhores condições de vida, e a ideia de que possuíam direitos a reivindicar, as CEBs aproximaram as mulheres, que estiveram quase sempre confinadas à esfera familiar e doméstica, do mundo público e do papel masculino, inserindo-as num espaço de discussão política e de problemas sociais.

## 2.2 As oposições sindicais, o novo sindicalismo e o surgimento do movimento de mulheres

Foi com o apoio, principalmente, de agentes pastorais, padres e bispos ligados à Teologia da Libertação que se iniciou um molecular processo de organização e formação de “oposições sindicais”, “[...] portadoras de críticas não

só à estrutura sindical vigente, mas também às práticas cotidianas dominantes no sindicalismo” (MEDEIROS, 2001, p. 106). Articulando-se entre si e a novas redes, as “oposições”, que se constituíram no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, alinharam-se ao chamado “novo sindicalismo”, expressão que, conforme Favareto (2006, p. 29), serviu para nomear o “[...] vigoroso movimento de retomada das lutas e da mobilização social em pleno contexto de ditadura, a emergência de lideranças fortes e de experiências inovadoras que questionaram a tradição sindical anterior e, ainda, a explosão no número de trabalhadores filiados”.

O “novo sindicalismo”, gestado nas áreas urbanas e com os temas centrais das lutas políticas nacionais (liberdade e autonomia sindical, redemocratização, eleições diretas etc.), deu origem à Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983<sup>6</sup>. Desde então, as “oposições sindicais rurais” passaram a se articular na CUT, inicialmente, por uma secretaria e, no final da década de 1980, pelo Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR).

Identificadas com o chamado “movimento sindical combativo”, as “oposições sindicais rurais” disputavam as direções sindicais estabelecidas em nome de uma concepção de organização e trabalho político que se opunha às defendidas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Esta, criada em 1963 e fruto da luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, estruturou-se, nos anos de ditadura militar, de uma forma “[...] amplamente desfavorável a uma ação sindical de contestação e crítica” (FAVARETO, 2006, p. 30). A estrutura sindical tornou-se rígida e burocratizada (NOVAES, 1991; PALMEIRA, 1985), constituindo-se num espaço político de exercício e domínio masculinos. Assim, no período de transição para a democracia, os sindicatos locais e as federações dos Estados tornaram-se os principais focos de contestação pelas forças do novo sindicalismo, liderados pelo sindicato nacional oposicionista de esquerda, a Central Única dos Trabalhadores (DEERE, 2004), que adotou como estratégia política disputar as instâncias organizativas da CONTAG (sindicatos e federações), penetrar na sua estrutura sindical e modificá-la por dentro. Como resultado dessa estratégia, em meados da década de 1990, a CONTAG filiou-se à CUT<sup>7</sup>.

6 Medeiros (2001, p. 106) ressalta que, no momento de criação da CUT, já era notável a presença das “oposições rurais”.

7 No seu 10º Congresso Nacional, em 2009, a Contag decidiu pela desfiliação da CUT.

A Igreja Popular teve um papel importante no embate contra o sindicalismo corporativista, representado pelo “sistema CONTAG”, ao incentivar a criação de um novo sindicalismo, diante da premência de mudanças no campo e da necessidade de construção de um projeto democrático mais amplo. Os movimentos de mulheres rurais surgiram, assim, no mesmo berço político das “oposições sindicais”, com quem tinham vínculos muito estreitos, encampando, por um lado, as lutas concretas por direitos no campo e, por outro, fazendo uma crítica à prática e à estrutura sindical oficial capitaneada pela CONTAG. A impossibilidade de as mulheres se associarem aos sindicatos, inclusive, viria a ser uma das pautas apresentadas, ainda que com alguma resistência, pela proposta política presente nas oposições sindicais (BORDALO, 2008, p. 3).

Durante a década de 1980, ampliaram-se as organizações políticas das mulheres, e, devido à grande extensão territorial brasileira, pôde-se observar a formação de vários grupos de mulheres provenientes da área rural que atuaram de formas distintas, de acordo com necessidades específicas de cada região. Para citar alguns, temos, só no Rio Grande do Sul, duas importantes organizações de mulheres: as “Margaridas” e as “Mulheres da Roça” (1986), que, posteriormente, deram origem ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR), movimento estadual autônomo criado em 1989. Em Santa Catarina, surgiu, em 1983, o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), estimulado pela ação da Igreja progressista. Na Paraíba, podemos destacar o Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano; em Pernambuco, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTRSC), que surgiu em 1982. Em âmbito regional, houve o surgimento, em 1988, da Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul e o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), criado em 1986.

A principal demanda das mulheres desses movimentos, nesse período, foi o seu reconhecimento político como trabalhadoras rurais, tanto pelo Estado quanto pelos sindicatos de trabalhadores rurais, uma vez que estes constituíam as principais estruturas organizacionais no meio rural. Tendo o reconhecimento do seu estatuto profissional, as mulheres rurais poderiam ter acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, principalmente a extensão dos benefícios de seguridade social, incluindo licença-maternidade paga e aposentadoria (DEERE, 2004).

Contudo, até então, a situação recorrente e mais comum era que a participação das mulheres nos sindicatos se desse na condição de dependentes dos seus maridos ou dos pais, e não como sócias do sindicato. Nos sindicatos filiados à CONTAG, era permitido apenas a uma pessoa por família se tornar membro de sindicato, e, normalmente, quem o fazia era o homem chefe de família. Em alguns sindicatos, os homens chegavam a argumentar que a sindicalização de esposas fosse proibida por lei (DEERE, 2004, p.180).

A luta pelo direito à sindicalização e por direitos sociais, ao se constituir como eixo de lutas centrais para a organização e mobilização iniciais das mulheres rurais, chamou a atenção para sua invisibilidade, denunciou a sua discriminação e a desvalorização do seu trabalho (SCHAAF, 2001, p. 208), reflexo da sua condição de gênero<sup>8</sup>, expressa no relato singular de Luci Choinaski, uma das fundadoras do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) em Santa Catarina.

Com as primeiras reuniões e discussões de participação no sindicato, surgiu o questionamento: qual a condição em que nós, mulheres, vivíamos? Não tínhamos direito à sindicalização, os nossos documentos nos colocavam como domésticas, apesar de trabalharmos na roça; não éramos reconhecidas como trabalhadoras, não tínhamos direito a receber nada quando aconteciam acidentes de trabalho, nem as mulheres, nem as crianças até 12 anos de idade; não tínhamos direito à aposentadoria, só quando o marido morresse ou quando tivesse mais de 70 anos; não tínhamos direito a salário-maternidade; não tínhamos participação na política. Então, começamos a descobrir que éramos apenas pessoas que trabalhavam, que obedeciam, cumpriam ordens, cuidavam da casa, produziam, tinham tripla jornada de trabalho e nada de participação. (CHOINASKI, 1998, p. 226).

Marcadamente no meio rural, a divisão sexual do trabalho atribuiu à mulher o trabalho reprodutivo, este identificado ao espaço privado. Por não ser expresso em valores monetários, o trabalho reprodutivo é considerado improdutivo e, conseqüentemente, o tempo e a energia que as mulheres do meio rural empregam para sua realização se tornam invisíveis, esquecidos e desvalorizados pela sociedade. Embora as mulheres participem ativamente do trabalho na agricultura propriamente dito, ele é um trabalho atribuído aos homens e, por ser expresso em valores monetários, é considerado produtivo.

---

8 *A condição de gênero se refere à construção de significados culturais para as diferenças de sexos, dando sentido a essas diferenças e, conseqüentemente, posicionando-as dentro de relações hierárquicas e/ou de poder.*

O trabalho que as mulheres realizam no espaço produtivo é, no máximo, admitido como uma mera ajuda ou complemento ao trabalho masculino, e é comum elas serem consideradas “ajudantes” dos maridos ou “esposas” de agricultores (PAULILO, 1982). Por isso, se diz que o seu trabalho é invisibilizado.

Tal situação contribuiu fortemente para reforçar o processo de não identificação da mulher rural como “trabalhadora” e o seu não reconhecimento social, excluindo-a de qualquer direito previdenciário e mesmo da filiação sindical (PIMENTA, 2012; BORDALO, 2011)<sup>9</sup>. Neste sentido, lutar para serem reconhecidas como “trabalhadoras”, associarem-se ao sindicato, dele participarem como sócias e dirigentes, de forma independente de pais, irmãos ou maridos, era também “[...] questionar o processo de reprodução da invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres [...]” (BORDALO, 2011, p. 46), “[...] reforçando sua identidade como ‘trabalhadora rural’” (BORDALO, 2011, p. 54). Ademais, evidenciava a condição particular e as características do trabalho por elas realizado no meio rural.

Quanto aos direitos sociais, mais particularmente, direito à aposentadoria e ao salário-maternidade, que marcaram profundamente a trajetória política das mulheres trabalhadoras rurais, esses foram conquistados com a expressiva participação das mulheres trabalhadoras rurais no processo de construção da Constituição de 1988. O engajamento dos seus respectivos movimentos nas mobilizações para a participação popular na Assembleia Constituinte contou com o estímulo e o apoio de organizações sindicais de âmbito nacional (urbanas e rurais), dos Conselhos Nacional e Estaduais dos Direitos da Mulher e da cooperação internacional (através de ONGs feministas). Essas mobilizações envolveram marchas e abaixo-assinados (um deles com 100.000 assinaturas), culminando com a realização de uma grande passeata em Brasília.

A participação e o engajamento das mulheres rurais nesse processo garantiram, na Constituição, o estabelecimento de direitos iguais para homens e

---

9 Até a década de 1980, as mulheres agricultoras não eram reconhecidas legalmente como trabalhadoras rurais e estavam praticamente excluídas do sistema previdenciário e dos espaços de representação social e política (como era o caso dos sindicatos), em que participavam apenas os homens, considerados os “chefes” da família. A trabalhadora rural era definida como dependente do cônjuge, e cabia apenas ao homem o pleno gozo dos direitos sociais e previdenciários. Estes eram limitados (em valor e abrangência da cobertura) em relação aos atribuídos aos trabalhadores urbanos em condição socioeconômica similar. Isso aponta a grande desigualdade no acesso aos direitos sociais das mulheres rurais.

mulheres rurais e urbanas em relação à legislação do trabalho e aos benefícios de previdência social. A obtenção da expansão dos seus direitos foi assegurada através de duas importantes conquistas: a menção explícita ao direito das mulheres à terra, com a obrigatoriedade da titulação em nome do casal (conjunta com marido e/ou companheiro) ou em nome da mulher chefe de família, garantindo o direito das mulheres solteiras ou chefes de família a serem beneficiárias da reforma agrária (DEERE; LÉON, 2002; HEREDIA; CINTRÃO, 2006); e sua inclusão como beneficiárias da previdência social na condição de seguradas especiais. Benefícios esses que incluíam, além da aposentadoria, o direito ao seguro-desemprego e por invalidez, e 120 dias de licença-maternidade remunerada (DEERE; LÉON, 2002; HEREDIA; CINTRÃO, 2006). Assim, mulheres que eram trabalhadoras familiares não remuneradas na produção agrícola passaram a estar aptas aos benefícios de aposentadoria diretamente, e não mais somente como uma dependente do homem chefe de família.

A atuação das mulheres durante todo esse período foi informada por setores do movimento feminista, principalmente, com o surgimento das oposições sindicais.

### 2.3 O diálogo com o feminismo

A aproximação das mulheres rurais ao feminismo começou na década de 1980. A “segunda onda do feminismo”, que surgiu na Europa e nos EUA em meados dos anos 1960, começou a ganhar força no Brasil em meados da década de 1970 e se consolidou nos anos 1980, tendo os ideais feministas, segundo Cappellin (1990), irradiado-se, nessa década, nos mais diferentes espaços sociais, de modo que foram apropriados por grupos e movimentos de mulheres de diferentes segmentos sociais, a partir dos quais passaram a “[...] elaborar propostas para a construção de um projeto de mudança capaz de incluir a revisão das relações sociais, econômicas e políticas entre homens e mulheres” (CAPPELLIN, 1990, p. 18).

Contudo, alguns trabalhos apontam a pouca influência das feministas no processo de organização das mulheres rurais (SCHAAF, 2001; PAULO, 2010), enquanto às (aos) agentes pastorais das Comunidades Eclesiais de Base é atribuído um papel central. Porém, estabeleceu-se, na década de 1980, um diálogo entre feministas e religiosas que levou, a partir de 1985, à produção da Teologia Feminista, “[...] uma elaboração teológica que investe

singularmente na composição entre religião e alguns pressupostos feministas, referenciada a um movimento de mulheres organizadas dentro da Igreja Católica” (ROHDEN, 1996, p. 96).

Se, na década de 1970, parecia ser inconcebível a convivência entre feminismo e religião, na década seguinte, a experiência nas CEBs impulsionou um conjunto de reflexões, inclusive por parte de teólogas que delas participavam como agentes de pastoral. Ao perceberem uma participação diferencial das mulheres nesses espaços, essas teólogas advogaram que elas fossem valorizadas a partir de seu cotidiano e de sua experiência de vida de mulher pobre. Segundo Rohden (1996, p. 97-98):

A participação expressiva das mulheres nas Comunidades Eclesiais de Base, as tentativas de releitura da Bíblia por parte de teólogas americanas e europeias e a própria expansão das ideias feministas de igualdade entre os sexos incentivam as teólogas brasileiras a elaborar novas formas de representação da mulher e da sua relação com o transcendente. São mulheres, na sua maioria leigas, que, envolvidas no trabalho pastoral com as CEBs, passam a absorver estas propostas de libertação da mulher e questionar a misoginia que percebem na Igreja e na tradição cristã. No seu trabalho como porta-vozes das mulheres do povo, seja em textos de assessoria aos trabalhos comunitários, publicações mais acadêmicas, ou mesmo teses e dissertações em Teologia compõem um original arcabouço de ideias combinando religião e feminismo. Especialmente no caso das teólogas católicas, isso se expressa em uma aproximação com as correntes feministas que valorizam a singularidade do feminino.

Assim, as ideias feministas penetraram nos espaços conformados pela CEBs e alimentaram as reflexões feitas pelas mulheres rurais sobre a sua condição social. Ademais, a proximidade do feminismo – que, no Brasil, apresenta uma marca urbana muito forte –, com as “oposições sindicais” favoreceu também uma aproximação das mulheres rurais envolvidas nesses movimentos com os ideais feministas, principalmente, por conta das publicações que circulavam e dos cursos de formação dos quais participavam.

Os anos 1990 se caracterizaram, no Brasil, do ponto de vista do movimento feminista, pela introdução de novas temáticas no cenário público: as ações afirmativas, as cotas mínimas de mulheres nas direções dos sindicatos, partidos políticos e, por último, nas listas de candidaturas aos cargos legislativos como medidas para superar a quase ausência das mulheres nesses ambientes. Essa década foi marcada, também, pela rodada de conferências sociais promovidas pelas Nações Unidas, que incidiram na ampliação da agenda

do movimento feminista no País e provocaram uma repercussão no movimento de mulheres rurais. Mais especificamente, a IV Conferência Mundial da Mulher marcou o início da articulação da Marcha Mundial das Mulheres (MMM)<sup>10</sup>, cujo lançamento oficial ocorreu no dia 8 de março de 2000 – Dia Internacional da Mulher. Sob o lema: *2.000 boas razões para marchar*, foi dado início à Marcha por todo o mundo, com ações programadas pelas organizações que a ela aderiram. Foram constituídos comitês nacionais de coordenação em cada país, que redigiram plataformas de reivindicações e organizaram as ações e as marchas nacionais.

No Brasil, a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) se fortaleceu no 1º Fórum Social Mundial e aglutinou setores como o movimento autônomo de mulheres e o movimento popular e sindical, rural e urbano. Inicialmente, essa articulação se deu por intermédio da Secretaria de Mulheres da CUT (na época, Comissão de Mulheres) e da Sempre Viva Organização Feminista (SOF), que, atualmente, integra o Comitê Internacional da MMM. Foi a partir dessa articulação que a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG (CNMTR) ligou-se à Marcha Mundial das Mulheres, organizando a primeira Marcha das Margaridas como uma ação em adesão a esse movimento.

É possível perceber que o contato das mulheres rurais organizadas em grupos e movimentos com o feminismo se deu de maneiras diferentes, de modo que os ideais feministas acabaram por penetrar nos seus espaços de atuação, incidindo sobre decisões e ações. O fato é que, ao se organizarem politicamente, das mais diferentes formas, e ocupar o espaço público, as mulheres rurais formulam e apresentam, conforme Cappellin (1990, p. 19), “[...] plataformas de reivindicações que buscam articular as lutas contra a expropriação da terra e a exploração do trabalho”, por meio das quais denunciam “[...] as formas específicas de opressão, próprias à condição de gênero”, expressando, assim, por intermédio dos movimentos em que atuam, o que a autora chama de “aspirações feministas”.

---

10 A MMM foi inspirada na Marcha Pão e Rosas, que ocorreu em 1995, no Canadá, reunindo 850 mulheres que marcharam durante dez dias pelo interior do Quebec, pedindo e cantando “Du Pain et des Roses pour changer les choses”. Essa experiência, compartilhada com mulheres representantes de movimentos de diversos países, serviu de inspiração para que, durante o fórum paralelo à conferência de Beijing, fosse lançada a ideia de uma iniciativa mundial contra a pobreza, dando origem, assim, à Marcha Mundial das Mulheres.

## 2.4 O sindicalismo rural e os movimentos autônomos de mulheres

Apesar de a mobilização das mulheres rurais não ter se formado na prática sindical, a ampliação das suas organizações políticas, na década de 1980, estendeu-se, paulatinamente, à sua participação nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs). Simultaneamente, movimentos independentes passaram a emergir por todo o País (PAULILO, 2004; DEERE, 2004). Nesse período, ocorreram encontros de fundação de associações autônomas de mulheres trabalhadoras rurais em vários Estados<sup>11</sup>: Santa Catarina, em 1984; Paraná, em 1985; Pernambuco e Espírito Santo, em 1987; Rio Grande do Sul, em 1989 (DEERE, 2004, p. 182), dando origem aos Movimentos Autônomos de Mulheres Trabalhadoras rurais: os MMTRs.

No âmbito do movimento sindical, a mobilização das mulheres culminou com a criação, em 1986, da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora Rural junto ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT. E, em 1989, foi criada a Comissão Nacional Provisória da Trabalhadora Rural, vinculada à presidência da CONTAG. Em 1995, a CONTAG, no seu 6º Congresso, aprovou a sua filiação à CUT e criou a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR), que começou a figurar nos estatutos da CONTAG, e sua coordenadora passou a integrar a diretoria da Confederação com direito a voz e voto. Em 1997, o 7º Congresso da CONTAG já contava com a participação de 42% de mulheres e aprovou a instituição de, no mínimo, 30% de mulheres para a direção executiva da Confederação (ABRAMOVAY; SILVA, 2000). A Secretaria de Mulheres da CONTAG só seria criada 12 anos depois, no 10º Congresso, em 2009. Ironicamente, no mesmo congresso foi aprovada a desfiliação da CONTAG à CUT. Cabe ressaltar que todas as mulheres que assumiram, sejam as comissões de mulheres, seja mesmo a Secretaria de Mulheres, participaram das oposições sindicais nos seus respectivos Estados e eram ligadas a sindicatos e federações filiados à CUT.<sup>12</sup>

---

11 De acordo com (DEERE, 2004, p. 182), esses encontros eram, geralmente, antecedidos por “encontros municipais” e “[...] regionais em um dado estado e, algumas vezes, eles aconteciam” ao longo de alguns anos, “começando no início da década de 1980”.

12 Para Deere (2004, p. 181), alguns fatores que explicam a abertura da Contag a mulheres membros foram o crescimento do novo sindicalismo e a competição entre a Contag e a então formada Central Única dos Trabalhadores (CUT) por novos membros. “Pela primeira vez, em muitos anos, eleições disputadas estavam

A década de 1990 marcou, assim, a constituição de formas organizativas próprias das mulheres, que passaram a reivindicar participação nos cargos de direção, pressionando o surgimento, dentro das estruturas sindicais e de outros movimentos mistos, de coletivos, comissões e coordenações direcionadas especificamente às mulheres, nos âmbitos nacional, estaduais e municipais. Ou seja, foi uma década que se caracterizou pela luta das mulheres para ocupar *os espaços de participação*, enfrentando uma disputa constante para a conquista desses espaços e para a inserção e reconhecimento efetivo da questão de gênero no interior das organizações de trabalhadores rurais. Foi um momento em que as mulheres rurais ampliaram suas estratégias e formas organizativas, tanto no âmbito dos chamados movimentos mistos como nos movimentos autônomos.

Do ponto de vista da participação sindical, inaugurou-se um novo período na trajetória de lutas das mulheres rurais (PIMENTA, 2013). Muitos movimentos que haviam sido criados em torno da questão feminina, mesmo tendo conquistado o direito à sindicalização, decidiram por manterem-se autônomos em relação à estrutura sindical, por considerarem que nesses espaços mistos não havia a valorização das lutas das mulheres, nem os problemas por elas apontados eram priorizados. De acordo com Deere (2004, p. 182):

Os MMTRs estaduais eram frequentemente formados por mulheres membros dos sindicatos filiados à CONTAG ou à CUT e que sentiram necessidade de criar seu próprio espaço para lidar com questões de gênero e com os interesses das mulheres. Embora algumas mulheres tenham chegado a posições de liderança dentro dos sindicatos rurais e em outros movimentos, como o MST, elas frequentemente se frustravam quando suas reivindicações específicas de gênero eram consideradas irrelevantes ou menos importantes do que as reivindicações de classe e econômicas que motivavam essas organizações.

Contudo, uma parte significativa das militantes rurais permaneceu dentro das organizações mistas, tais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, tendo conquistado, de acordo com Siliprandi e Cintrão (2015, p. 578):

---

*acontecendo em níveis estaduais e municipais, e as mulheres estavam sendo vistas como uma força positiva potencial para a mudança dentro da estrutura sindical tradicional. Por volta de 1987, as mulheres representavam, aproximadamente, 29% dos membros dos sindicatos filiados à Contag”.*

[...] espaços para as suas reivindicações, assim como a adoção de medidas que ampliassem a sua participação e o seu poder nas instâncias de decisão, como, por exemplo, cotas mínimas de mulheres nos cargos de direção, atividades de formação específicas para mulheres, combate às discriminações e à violência dentro das entidades, debates sobre as relações de gênero, criação de creches para o cuidado dos filhos, entre outras propostas. Na CONTAG, desde 1991 esse trabalho é coordenado pela Comissão Nacional da Trabalhadora Rural; no MST, pelo Setor de Gênero, criado em 1996. Em organizações criadas posteriormente, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (FETRAF), elas também se organizaram em comissões e secretarias específicas. É significativo que algumas mulheres tenham chegado a ocupar cargos importantes nas direções gerais destes movimentos.

Outros movimentos, entretanto, nos momentos iniciais de sua história, procuraram se articular no interior do sindicalismo, mas aos poucos se autonomizaram em relação ao movimento sindical, assim como em relação à Igreja, tornando-se independentes, embora mantendo alianças com alguns segmentos desses espaços, como é o caso do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Rio Grande do Sul (MMTR-RS) ou do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA), que, posteriormente, se juntaram na sigla do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Também foram constituídos “movimentos” que se organizaram por caminhos próprios, por vezes mantendo laços com o sindicalismo, mas com autonomia em relação a ele. Entre eles, podem ser citados o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE)<sup>13</sup>, o Movimento de Mulheres do Sertão Central em Pernambuco<sup>14</sup> e o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, inicialmente chamado Articulação das Quebradeiras de Coco Babaçu Norte-Nordeste<sup>15</sup>.

Segundo Bordalo (2006), a questão apresentada por tais movimentos era a de que a estrutura sindical não comportaria as demandas específicas das mulheres, restringindo a sua participação, de modo que, juntamente à luta

---

13 *Inclusive, no encontro de criação do MMTR-NE, em 1987, um dos temas que dominaram a discussão, de acordo com Deere (2004), foi a necessidade de aumentar a participação de mulheres nos sindicatos, além da reivindicação pela reforma agrária.*

14 *Foram justamente as mulheres organizadas no MMTR do Sertão Central que levaram para o 4º Congresso da Contag, em 1985, a reivindicação do direito de participar do movimento sindical na condição de trabalhadoras sindicalizadas.*

15 *Sobre a organização dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil, consultar, entre outros: Almeida, 1995; Carneiro, 1994; Deere, 2004; Giuliani, 1989; Heredia e Cintrão, 2006; Medeiros, 2008; Schaaf, 2001.*

pela sindicalização, esses movimentos passaram a desenhar novas trajetórias de participação política. Nas palavras de Choinaski (1998, p. 225):

A realidade no campo, no início dos anos 80, era a seguinte: nós, camponesas, não tínhamos nenhuma participação, nem no sindicato, nem na cooperativa ou na política. Não éramos reconhecidas como trabalhadoras e cidadãs. Principalmente por meio da Igreja, começaram a discussão e a articulação de oposições aos sindicatos pelegos. Nesse mesmo período, também houve a necessidade de se fazer a sindicalização das mulheres. Porém, as mulheres ajudavam a ganhar os sindicatos e não tinham participação como associadas, e muito menos nas direções. Começou-se a discutir, então, a organização das mulheres, o Movimento de Mulheres Agricultoras.

Em 1986, com a finalidade de criar uma organização nacional das trabalhadoras rurais, foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres em Barueri, São Paulo, apoiado pela CUT e pelo MST. Contudo, ao final do encontro, a formação de uma articulação nacional de movimentos de mulheres rurais foi considerada prematura pelo conjunto de movimentos que lá estavam, limitando-se à resolução de que os movimentos deveriam concentrar esforços para a criação de redes regionais. De acordo com as considerações de Deere (2004), esse encontro impulsionou o surgimento do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) em 1986, que foi concebido a partir de uma articulação do MMTR do Sertão Central de Pernambuco com o Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano; e da Articulação das Instâncias das Mulheres Trabalhadoras Rurais – Sul (AIMTR – Sul)<sup>16</sup>, em 1988, que envolveu os três Estados da Região Sul mais os Estados de São Paulo e Mato Grosso. Posteriormente, em 1995, foi criada, em um encontro em São Paulo, com representantes de 17 Estados, a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), organização que reunia em uma rede movimentos de todo o País<sup>17</sup>.

16 Faziam parte da AIMTR as seguintes organizações: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC), Comissão Estadual da Questão da Mulher Trabalhadora Rural do DETR-Paraná, Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP), Movimento de Mulheres Agricultoras de Mato Grosso do Sul e o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (DEERE, 2004, p. 197).

17 As organizações presentes no encontro que deu origem à ANMTR foram: Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC), Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA-SP), Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), Movimento de Mulheres Agricultoras de Mato Grosso do Sul, Comissão Estadual da Questão da Mulher Trabalhadora Rural do DETR-Paraná, todas essas integrantes da Articulação de Instâncias de

Para Bordalo (2011), o processo de constituição de uma articulação nacional entre os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais foi marcado por profundas divergências entre as mulheres da Região Sul e as do Nordeste. Analisando o documento resultante desse encontro, a autora afirma que ele se alinhava “[...] às orientações apresentadas pelos movimentos da Região Sul, frisando as articulações políticas já estabelecidas com outros movimentos sociais e entidades tais como, por exemplo, o MST e a CUT” (BORDALO, 2001, p. 62), ambos colocados como interlocutores por excelência das mulheres rurais na discussão sobre a relação entre as lutas de classe e gênero, apesar de serem criticados no que se refere aos conflitos de gênero. A ANMTR representou, de fato, a convergência dos movimentos anteriormente integrados à AIMTR-Sul, que deixou de existir após a constituição da articulação nacional. Os demais movimentos adotaram, nesse momento, a posição de estabelecer as lutas que são unificadoras, sem significar, entretanto, que houvesse afinidades políticas mais profundas, a exemplo do MMTR-NE.

No início dos anos 2000, por divergência na forma da condução política da luta das mulheres, a ANMTR se desfez, e foi criado o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em 2004, mais alinhado à Via Campesina<sup>18</sup>, sem a presença do MMTR-NE. Para Bordalo (2008, 2011), o fim da ANMTR aponta para uma bifurcação nos caminhos tomados, grosso modo, pelos movimentos articulados regionalmente, de modo que, em Pernambuco e nos demais Estados do Nordeste, a campanha por uma maior e mais qualificada participação das mulheres na estrutura sindical permaneceu, ao longo dos anos, como uma questão fundamental; enquanto os movimentos da

---

*Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR-Sul); Comissão Estadual de Mulheres da Fetagro-RO, Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste (MMTR-NE), Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (Amutres), Centro de Associação de Mulheres Trabalhadoras do Acre (Camutra), Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT (CNMTR-CUT), Associação de Pequenos Produtores Rurais do Sul de Roraima (Aprosur), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe (MMTR-SE) (BORDALO, 2011, p. 62; DEERE, 2004, p. 197). Esse encontro visou à constituição de um espaço de discussão, elaboração, unificação e encaminhamento das lutas, e tirou como resolução a concentração de esforços em ações para assegurar, na prática, os direitos adquiridos na Constituição, tais como aposentadoria paga e assistência à saúde, e a execução de ações coordenadas em torno de um tema, no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, além de intensificar a Campanha Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (BORDALO, 2011, p. 63).*

18 Originada em 1992, na Nicarágua, a Via Campesina se constitui numa articulação internacional composta por movimentos sociais e organizações camponesas de todo o mundo, visando a articular os processos de mobilização social dos povos do campo.

Região Sul percorreram o caminho oposto, ao buscar fortalecer politicamente o próprio movimento como representante legítimo das mulheres do campo em relação ao Estado, em relação ao qual afirmam se manterem autônomos. A referência à autonomia também é feita em relação às organizações mistas, como as instâncias do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e os sindicatos, autonomia esta que é “[...] amplamente identificada como positiva, na medida em que teria contribuído para se aprofundar as questões e as especificidades das mulheres no meio rural”, mantendo, assim, relações estreitas com a perspectiva feminista (BORDALO, 2011, p. 61).

De um modo geral, é possível observar que, embora todos esses movimentos tenham surgido de mobilizações que envolviam homens e mulheres, seus contextos e histórias distintas resultaram em características organizacionais, metas e estratégias significativamente diferentes.

Na década de 1990, as mulheres rurais ampliaram suas plataformas de luta, aprofundando questões de segmentos específicos como das mulheres extrativistas, pescadoras, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco, assentadas, agricultoras familiares e outras, numa diversidade de situações e identidades. Desse modo, as lutas por elas travadas nos diversos espaços – doméstico/familiar, nos movimentos sociais e nas arenas de participação política e social, como aquelas instituídas pelo Estado – complexificaram-se. Além disso, elas também participaram “[...] ativamente da construção de associações de produtores, cooperativas e experiências de produção e comercialização de produtos agrícolas, extrativistas, da pesca e artesanais, ajudando a construir as redes de economia solidária e de produção agroecológica hoje existentes no país” (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015, p. 578).

É inegável, entretanto, que as mulheres rurais inauguraram um novo tempo no sindicalismo. Como vimos, desde a década de 1980, a sua participação no movimento sindical não somente foi ampliada, como sua organização veio se fortalecendo por meio das comissões e da realização de encontros, seminários e plenárias nacionais de mulheres. No entanto, “[...] seguiram encontrando diversas barreiras no espaço sindical que passavam pela discriminação e desqualificação, pelo desempenho de tarefas auxiliares e falta de recursos para viabilizar o seu trabalho organizativo e de participação política” (PIMENTA, 2012, p. 31), e esse foi um dos fatores que motivaram a organização de uma grande marcha entre as mulheres trabalhadoras rurais em agosto de 2000.

Aliás, os anos 2000 marcaram um momento bastante interessante para pensar os movimentos sociais. Em que pese a grande expectativa neles depositada na década de 1980, como protagonistas da transformação social, esses atores, segundo Lavalle, e Castello e Bichir (2004), sumiram da pauta acadêmica na década de 1990. Fala-se, insistentemente, da crise dos movimentos sociais, crise que adviria da perda do seu protagonismo, decorrendo daí a diminuição da visibilidade de sua atuação. Fala-se também do “refluxo dos movimentos sociais”, em decorrência do “[...] processo de institucionalização e normalização de formas de ação coletiva altamente visíveis no contexto da transição democrática” (LAVALLE; CASTELLO; BICHIR, 2004, p. 37).

Entretanto, contrariando a ideia de “morte”, “desarticulação”, “cooptação” ou “refluxo” dos movimentos sociais, que teriam assim perdido o seu poder articulatório, os movimentos de mulheres rurais voltaram à cena nos anos 2000<sup>19</sup>, ocupando as ruas (e os espaços públicos em geral) de uma forma bastante criativa. Essa volta foi marcada também pela reivindicação de mais um direito: serem beneficiárias de políticas produtivas. Reivindicação esta que expressa a necessidade de seu reconhecimento como produtoras rurais propriamente ditas e, nesse sentido, demandando do Estado políticas diferenciadas que respondam às suas demandas específicas.

Do ponto de vista do movimento de mulheres rurais, os anos 2000 e 2010 foram marcados pela realização de cinco Marchas das Margaridas (2000, 2003, 2007, 2011 e 2015). Também pela realização de várias ações de menor porte, como encontros nacionais de mulheres indígenas, de mulheres quilombolas, das quebradeiras de coco babaçu. Temos, ainda, as grandes manifestações da Via Campesina nas comemorações do dia 8 de março, coordenadas pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e pelas mulheres do MST, manifestações essas que ocorrem anualmente a partir de 2006, quando ocorreu a emblemática ocupação da Aracruz Celulose no RS. Ainda em relação ao MMC, cabe destacar a realização do seu I Encontro Nacional, em fevereiro de 2013, com a participação de cerca de 5 mil mulheres, ao término

---

19 Cabe lembrar que, já em abril de 1997, o MST protagonizou, em Brasília, uma das maiores manifestações públicas envolvendo povos do campo, marcando o término da Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, a Marcha dos Sem-terra, como ficou conhecida, uma caminhada de dois meses que percorreu a pé vários Estados do País. Segundo Chaves (2000), tal manifestação era apenas comparável ao comício pelas eleições diretas em 1984.

do qual saíram em passeata finalizada com um ato público, momento no qual receberam o posicionamento da presidente Dilma Rousseff em relação à pauta entregue ao Governo (PIMENTA, 2014).

Além disso, mais especificamente a partir de 2012, os movimentos sociais têm apresentado iniciativas e pautas interessantes e com bastante peso da participação e atuação das mulheres rurais. Nessa perspectiva, registram-se algumas iniciativas como “[...] a construção unitária entre movimentos sociais e organizações que atuam no campo, cuja maior expressão talvez tenha sido a realização do ‘Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas – por Terra, Território e Dignidade’”. Um encontro com esse caráter só havia acontecido em 1961, ou seja, há mais de 50 anos” (PIMENTA, 2014, p.14).

Já em maio de 2014, o III Encontro Nacional de Agroecologia (III ENA) reuniu 2.100 participantes, sendo 50% mulheres. Aquele espaço, segundo Pimenta (2014, p. 14):

[...] retratou o contexto de resistência e as inúmeras experiências, grande parte protagonizada pelas mulheres. Com o lema “Cuidar da Terra, Alimentar a Saúde e Cultivar o Futuro”, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) promoveu essa grande convergência de movimentos e organizações em defesa da agricultura familiar e camponesa e da agroecologia. Diversos movimentos e redes de mulheres deixaram marcadas sua participação em todo o processo de construção e realização do III ENA com a defesa do lema “Sem Feminismo não há Agroecologia” em todos os espaços do Encontro (oficinas, plenárias, seminários)<sup>20</sup>.

De um modo geral, essas ações têm revelado que as mulheres rurais vêm avançando no aprofundamento da discussão das relações de gênero e do seu papel dentro das famílias e na sociedade. Uma dessas ações, a Marcha das Margaridas, já mencionada, vem, ao longo dos últimos anos, consolidando-se como a maior mobilização de mulheres rurais do País. Assim sendo, vamos nos debruçar sobre ela para refletir sobre alguns aspectos do seu fazer e da sua capacidade de incidir nas políticas públicas.

20 Até mesmo no documento final do III ENA, esse lema foi reafirmado: “[...] a construção da agroecologia prima por uma visão ética de justiça social e ambiental, que pressupõe o compartilhamento do trabalho doméstico e de cuidados e da gestão da produção, numa vida sem violência, regida pelo respeito e pela igualdade”.

### 3 A Marcha das Margaridas

A Marcha das Margaridas é aqui considerada um movimento de mulheres do campo e da floresta, que se expressa numa manifestação pública, um ritual político que assume a forma de uma marcha, caminhada, expressão ativa desse movimento<sup>21</sup>, que busca dar visibilidade às demandas dessas mulheres e estabelecer processos de diálogo e negociação com o Estado. Fruto de uma articulação coordenada pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Marcha envolve várias organizações, entre as quais as organizações feministas, vários movimentos de mulheres e centrais sindicais, mobilizando mulheres de vários segmentos sociais (agricultoras, camponesas, extrativistas, ribeirinhas, pescadoras artesanais, acampadas, assentadas, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, catadoras de mangaba etc.). Ela ocorreu pela primeira vez no ano 2000 e desde então foi se instituindo como um processo de mobilização próprio, construído de maneira permanente nas comunidades e nos Estados, cuja ação nacional passou a acontecer a cada quatro anos, integrando a agenda dos movimentos sociais do campo.

A Marcha das Margaridas – cujo nome é uma homenagem à líder sindical rural Margarida Maria Alves<sup>22</sup> – aconteceu pela primeira vez em agosto do ano 2000, como uma ação em adesão à Marcha Mundial de Mulheres. Então considerada uma das maiores manifestações públicas de mulheres trabalhadoras ocorridas na capital do Brasil, a Marcha, decorrente de um amplo processo de mobilização nacional, com eventos regionais e municipais em todo o País, reuniu em Brasília cerca de 20 mil mulheres procedentes de várias regiões brasileiras.

---

21 Inicialmente, “as margaridas” surgiram no espaço público como trabalhadoras rurais, sendo identificadas como tal, mas a partir da Marcha de 2007, atendendo a uma reivindicação das mulheres extrativistas, elas passaram a se nomear “mulheres do campo e da floresta” e, na Marcha de 2015, a denominação “mulheres das águas” foi incluída, procurando, assim, abarcar o conjunto formado por mulheres rurais agricultoras familiares, camponesas, sem-terra, acampadas, assentadas, assalariadas, trabalhadoras rurais, artesãs, extrativistas, quebradeiras de coco, seringueiras, pescadoras, ribeirinhas, quilombolas, indígenas e tantas outras identidades construídas nos diversos territórios do País. Trata-se, portanto, de uma categoria identitária negociada.

22 Margarida Maria Alves era trabalhadora rural. Tinha 40 anos, casada, mãe de dois filhos e, rompendo com padrões tradicionais de gênero, ocupou, por 12 anos, a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba. Líder sindical bastante influente na Região Nordeste, Margarida incentivava as trabalhadoras e trabalhadores rurais a buscarem na justiça a garantia de seus direitos, protegidos pela legislação trabalhista, razão pela qual foi cruelmente assassinada no dia 12 de agosto de 1983 por um matador de aluguel na porta de sua casa e na presença do marido e do filho.

Desde então, a Marcha das Margaridas passou a acontecer de quatro em quatro anos, com a realização das Marchas de 2003, de 2007, de 2011 e 2015, mostrando seu crescente poder de mobilização, mas também a sua capacidade de reafirmar o seu caráter de diálogo e de proposição, apresentando pautas cada vez mais qualificadas, como nos fazem ver Siliprandi e Cintrão (2015, p. 579) no artigo intitulado “Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil”, no trecho que reproduzimos a seguir:

Em 2003, ocorreu a segunda edição da Marcha, com cerca de 40 mil mulheres. Na pauta, um conjunto de reivindicações históricas dos movimentos: o reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras na agricultura; reforma agrária com acesso à terra para as mulheres; ampliação dos seus direitos trabalhistas e previdenciários; acesso à documentação básica; políticas de saúde, educação. Aparecem aqui, pela primeira vez, demandas de acesso das mulheres a políticas produtivas (crédito, assistência técnica, formação profissional, geração de renda, comercialização); a exigência da sua participação na definição das políticas de preservação ambiental; e políticas de combate à violência contra as mulheres no meio rural.

A terceira Marcha das Margaridas ocorreu em 2007, também em Brasília, com cerca de 30 mil mulheres. Sua pauta, bastante extensa, além das reivindicações históricas dos movimentos, incluía a questão da segurança alimentar e nutricional. As mulheres faziam críticas ao modelo do agronegócio e do *hidronegócio* (empresas que dominavam o acesso à água, especialmente no nordeste do país) e propunham a agroecologia como base para a construção de um novo modelo produtivo para o campo – uma frente de lutas que não fazia parte, até então, da agenda geral do movimento sindical. Por outro lado, cobravam posições dos demais sindicalistas e dos governos com relação à questão da violência de gênero no campo, exigindo o cumprimento da Lei Maria da Penha, de prevenção da violência contra as mulheres, que havia sido promulgada em 2006.

A quarta Marcha, em 2011, foi a maior realizada até o momento, impulsionada pela presença, pela primeira vez na história, de uma mulher como presidenta do Brasil. Com o lema “Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”, a Marcha das Margaridas levou a Brasília cerca de 100 mil mulheres rurais, com uma plataforma política composta por sete eixos: Terra, Água e Agroecologia; Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; Autonomia Econômica, Trabalho e Renda; Educação não Sexista, Sexualidade e Violência; Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos; Democracia, Poder e Participação Política. Em torno desses eixos, foram organizadas suas reivindicações, que articulavam questões estruturais da pauta geral dos trabalhadores do campo às demandas específicas das mulheres. Como exemplo, podemos citar a reforma agrária, uma reivindicação histórica, que aparece na pauta articulada ao fortalecimento do protagonismo das mulheres na agricultura familiar, à preservação da biodiversidade e do patrimônio genético, e à construção da agroecologia e soberania alimentar. A pauta desta Marcha, entregue ao Congresso Nacional e ao Governo Federal, foi respondida publicamente por Dilma Rousseff, que anunciou

uma série de medidas que atendiam às solicitações das mulheres, referentes a mudanças em programas de crédito, comercialização, acesso à terra, combate à violência, além da criação do Plano Nacional de Agroecologia (PLANAPO). Aliás, coube aos movimentos de mulheres o pioneirismo na apresentação dos temas da agroecologia como uma proposta de política pública, a partir das Marchas das Margaridas e dos movimentos organizados pela Via Campesina em prol de um sistema agroalimentar sustentável (SILIPRANDI, 2013). O PLANAPO<sup>23</sup>, anunciado pela presidenta durante a Marcha das Margaridas, como resposta a uma de suas reivindicações, é hoje o principal instrumento de execução da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

A plataforma apresentada em 2011<sup>24</sup> consolidou o caráter feminista da Marcha das Margaridas com o aprofundamento da crítica ao modelo de desenvolvimento, que se traduziu numa ampla agenda política de denúncia da ação destrutiva promovida pelo latifúndio e pelo agronegócio, da violência e mercantilização do corpo e da vida das mulheres, e de proposição e reivindicação de novas relações e políticas pautadas pela igualdade e autonomia para as mulheres.

Em 2015, sob o lema “Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade”, a Marcha reforçou, diante da conjuntura brasileira, a defesa incondicional da democracia como condição fundamental para seguir avançando na construção de um país mais justo e igualitário.

### 3.1 Articulação e estratégia de atuação

Quando surgiu, nos anos 2000, a Marcha das Margaridas propôs um formato organizativo e a formulação de uma estratégia de ação coletiva própria

---

23 *Dentre os itens anunciados pela presidenta Dilma, destaca-se a criação de um Grupo Especial de Trabalho, com a participação de segmentos sociais e das organizações de mulheres para elaborar o Programa Nacional de Agroecologia. Este anúncio intensificou a mobilização da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que envolve um conjunto diversificado de movimentos e organizações e da qual fazem parte os movimentos integrantes da Marcha das Margaridas. A partir de então, a ANA promoveu encontros nas diversas regiões do País e um encontro nacional para definir as premissas para uma política nacional de agroecologia. Em agosto de 2012, o governo publicou o Decreto nº 7.794, criando a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), o que resultou em desdobramentos que desafiam a ANA e as organizações que a compõem a enfrentar um campo de disputas acirradas entre modelos e projetos antagônicos de desenvolvimento, com forte expressão, no âmbito do legislativo e do governo federal.*

24 *A pauta de reivindicações ao Governo Federal, construída a partir desta plataforma, reuniu 153 itens organizados por eixos, que foram sinteticamente respondidos pela Presidente da República Dilma Rousseff, durante ato de encerramento da Marcha em Brasília, para cerca de 80 mil mulheres.*

para dar reconhecimento e legitimidade à sua ação política, demonstrando uma grande força mobilizadora. Marchando, as mulheres trabalhadoras rurais, como se denominavam, adentraram o espaço público, reivindicando sua visibilidade e a afirmação de outras identidades na sua construção como sujeito político. Sem abrir mão de reivindicações históricas dos movimentos de mulheres rurais, elas passaram a pautar novas questões e ampliaram, assim, o campo de temas e problemas que adentra o universo das relações sociais.

A coordenação geral da Marcha é exercida pela Secretaria de Mulheres da CONTAG<sup>25</sup> (organização mista), identificada como sua principal organizadora e promotora. Entretanto, é possível observar que ela apresenta um formato organizativo que difere daquele tradicionalmente apresentado pelo movimento sindical, com característica organizacional, metas e estratégias significativamente diferentes. Do ponto de vista de sua estrutura organizacional, ela é composta por um conjunto de movimentos de mulheres, movimentos feministas, associações, centrais sindicais e entidades, articuladas com o objetivo de reivindicar, propor e garantir às mulheres do campo da floresta direitos sociais, econômicos, políticos, sexuais e reprodutivos, mobilizando e aglutinando em torno de sua pauta de reivindicações uma diversidade de sujeitos.

O conjunto de movimentos e organizações que compõem hoje a Marcha das Margaridas é referido e se autorrefere como “entidades parceiras” com relação à Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG (CNMTR). Cada uma dessas entidades, de acordo com o seu caráter, apresenta formatos organizacionais e atividades próprias, e assim resguarda a sua especificidade e demarca o seu espaço, como “parceira”<sup>26</sup>. A

25 Ressalta-se que, em algumas instâncias de representação estadual, o MMC tem participado da articulação da Marcha das Margaridas, a exemplo do Estado do Tocantins. Nos municípios em que o MMC atua, essa articulação é ainda mais presente. Em entrevista a mim concedida, Sara Deolinda, assessora da Secretaria de Mulheres da Contag, relatou que, na última edição da Marcha das Margaridas, em 2007, Rosana Tenroller, liderança nacional do MMC, subiu ao palanque, fez uso da fala e entregou a Carmen Foro, secretária de Mulheres da Contag, uma bandeira do Movimento de Mulheres Camponesas como símbolo da união da luta das mulheres no campo.

26 Utilizo aqui o termo “parceira” ou “entidade parceira” como uma categoria interna ao campo político conformado pela Marcha. São grupos que estão diretamente envolvidos na Marcha, mas que não fazem parte do universo sindical, independente da sua estrutura ou formato institucional. Foram parceiras da Marcha ação 2015: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste

CNMTR e as entidades parceiras compõem a Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas. Assim, embora surgida no interior do movimento sindical, a Marcha, como movimento específico, constitui-se num campo misto, formado por atores com formatos e identidades institucionais variadas, que se encontram articulados numa rede de relações, mesmo apresentando uma forma organizacional, objetivando reunir e orientar a atuação de todos os grupos que dela fazem parte.

Anunciando continuidades no campo de ação política do movimento de mulheres rurais, a Marcha, em um sentido mais amplo, revela transformações importantes. Ela propõe um modo de atuação que, ainda que não prescindida da estrutura do movimento sindical, resulta de um processo articulatório, tendo em vista seu aspecto organizacional e de ação movimentalista.<sup>27</sup> É possível pensar essas articulações em termos de rede, uma vez que elas se remetem a uma diversidade de atores, grupos, temas e discursos que interagem, se organizam formal ou informalmente, ou instituem novos campos discursivos (DANIGNO, 1999, p. 27), configurando, assim, um “tecido movimentista”, “heterogêneo e múltiplo” (CARVALHO, 1998), cuja finalidade é produzir visibilidade, impacto na esfera pública, e obter conquistas para a cidadania (SCHERER-WARREN, 2006).

Atuando em rede, as mulheres do campo, da floresta e das águas, como se nomeiam, não mais limitam as suas demandas ao âmbito local nem às suas especificidades de mulheres trabalhadoras rurais. As suas questões específicas puderam ser traduzidas para novos significados ao serem conectadas a questões mais gerais dos movimentos em rede<sup>28</sup>, expressas no lema que cada Marcha aporta. Essa forma de atuação lhes permite extrapolar a delimitação do raio de ação de movimentos que atuam em espaços mais localizados como o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA) ou o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

Assim, ao desenvolver estratégias políticas e propostas programáticas em torno das necessidades e da noção de direitos de mulheres rurais, sujeitos

---

(MMTR-NE), Confederação de Organizações de Produtores Familiares, Camponeses e Indígenas do Mercosul Ampliado (Coprofam), Rede de Trabalhadoras Rurais Latino-Americana e do Caribe (Rede LAC) e a União Brasileira de Mulheres (UBM); GT mulheres da ANA e mulheres da cooperativa agricultura familiar.

27 No sentido utilizado por Doimo (1995), ao se referir ao movimento de uma ação própria para gerar um estado de mobilização e pressão.

28 Sobre o conceito de rede de movimentos sociais, ver: Scherer-Warren, 1993.

políticos dos vários movimentos que a compõem, a Marcha conecta os espaços locais com espaços regionais, nacionais e até internacionais. Além disso, a construção de estratégias consensuais entre os diversos movimentos, organizações e redes que a compõem fortalece sua posição na negociação com o Estado e também com o movimento sindical, visto que a grande maioria das mulheres é vinculada aos STTRs, inseridos no sistema CONTAG.

Os vínculos estabelecidos entre as várias organizações e os movimentos, contudo, não fazem da Marcha uma entidade unificada ou homogênea, mas implicam uma determinada forma de unidade e de ação comum, estabelecida a partir de formas precárias de identificação em torno da categoria “mulher do campo, da floresta e das águas”, da qual resulta a criação de um discurso que é capaz de articular diversas demandas das diferentes organizações e movimentos que a compõem, constituindo o que Mouffe (1999) diria ser o ponto nodal que permite a construção de uma unificação simbólica, de uma relação de equivalência, de um “nós”, capaz de dar uma unidade ao movimento, ainda que de forma parcial e contingente. Tal discurso não é uma mera soma de palavras, mas é resultante de articulações concretas que unem palavras e ações, e produzem sentidos.

A plataforma política da Marcha compõe tal unidade discursiva. Construída nas duas últimas Marchas a partir do lema “Por um desenvolvimento sustentável com[democracia], justiça, igualdade, autonomia e liberdade”, ela expressa “[...] uma concepção de desenvolvimento que integra um conjunto de significados, a partir da crítica feminista, fundada numa análise e compreensão sobre a vida das mulheres rurais, trabalhadoras do campo e da floresta”, ao mesmo tempo em que “[...] denunciam o capitalismo, que reproduz a lógica patriarcal, ao manter as trabalhadoras na invisibilidade, não reconhecer e desvalorizar a sua atuação econômica e política do país, reproduzir as desigualdades e as práticas que oprimem e discriminam as mulheres” (CONTAG, 2011, p. 9). Ao saírem às ruas sob esse lema, as mulheres do campo e da floresta falam de um projeto político que se opõe ao modelo hegemônico de desenvolvimento para o campo, articulado discursivamente em torno do agronegócio<sup>29</sup>. A plataforma política, expressa através do lema, é composta por eixos

29 A palavra “agronegócio”, nesse sentido, tem uma designação político-ideológica. Ela é utilizada pelos movimentos sociais do campo, de um modo geral, para nomear um modelo de desenvolvimento caracterizado

temáticos que agregam, dão suporte e justificam politicamente as demandas das mulheres, consubstanciadas na sua pauta de reivindicações, que acolhe as principais bandeiras de luta de cada um dos movimentos que a integram.

Assim integradas à Marcha, as bandeiras de luta específicas desses movimentos e organizações deixam de ser algo específico a um ou a outro movimento, ganhando uma amplitude e um significado maiores, uma vez que essa articulação discursiva, ao afirmar a sua fundamental importância para a construção de um projeto que se opõe ao modelo de desenvolvimento capitalista e patriarcal, acaba por expressar uma luta que é *anticapitalista e antipatriarcal* como transversal na luta por mudanças sociais, recebendo, nesse sentido, a adesão de mulheres urbanas, que, por fim, se reconhecem, também, em torno das questões trazidas pelas mulheres do campo e da floresta, o que faz com que a Marcha, a cada ano, venha tendo uma participação significativa das “mulheres urbanas”.

É diante da busca da construção de uma articulação entre diferentes movimentos e organizações que a Marcha das Margaridas vai afirmar a importância de estes reconhecerem que a luta política está para além das distinções das bandeiras de luta que lhes são próprias, sem negar, entretanto, as suas lutas específicas nem as suas particularidades, mas antes as articulando discursivamente, possibilitando o estabelecimento de um “nós” na construção da luta pela existência das mulheres do campo e da floresta e pela conquista de direitos – terra, saúde, educação, crédito, direitos que se estendem, também, às mulheres das cidades (PRADO; COSTA, 2011). É, portanto, através dessa estratégia de articulação, baseada nas relações de parceira estabelecidas, que a Marcha se articula e ganha poder político e simbólico.

A capacidade de articulação e interlocução, já mencionada, e de interconexões dentro do próprio movimento, mas também com outros movimentos de mulheres e redes de movimentos feministas, favorece a expressão do mal-estar com as assimetrias de gênero diante da sociedade em geral, e, particularmente, diante do Estado.

---

*pela presença da agricultura patronal, baseada na monocultura e voltada, exclusivamente, para o mercado, visando à obtenção de lucro. Ela faz referência a uma agricultura que pressupõe a utilização de grandes extensões de terras e de tecnologia de ponta, em que a alta produtividade é alcançada por meio do uso intensivo de agrotóxicos e de sementes geneticamente modificadas, com reduzida utilização de mão de obra, combinada com baixos salários. Nesse sentido, o projeto de desenvolvimento veiculado, no discurso, ao agronegócio se opõe ao projeto da agricultura familiar ou camponesa.*

### 3.2 O caráter propositivo e de diálogo e a capacidade de incidência sobre as políticas públicas

Siliprandi e Cintrão (2015), ao discorrerem sobre as adequações do Estado às demandas das mulheres rurais, em um texto intitulado “Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs”, fazem uma análise interessante da capacidade de incidência dos movimentos de mulheres sobre as políticas públicas. Arriscamos afirmar que a Marcha das Margaridas, ao articular em torno de si um conjunto de movimentos e organizações, apresentando uma pauta de reivindicações a serem negociadas, contribuiu em muito para que muitas das demandas apresentadas se transformassem em ações de governo. Dialogando com o texto supracitado, é possível fazer algumas afirmações.

A plataforma e a pauta de reivindicações da Marcha apontam para a necessidade de reconhecer, por um lado, que as mulheres do campo, da floresta (e das águas), independentemente de seus vínculos familiares, também são sujeitos produtivos e, assim sendo, passíveis de serem beneficiárias de programas e políticas públicas; e, por outro lado, que tais mulheres, mesmo sendo produtoras rurais, demandam outro tipo de políticas que não apenas as produtivas, colocando na agenda pública outras questões que, para além daquelas relacionadas aos direitos sociais, particularmente os previdenciários, vão estar vinculadas, de um modo geral, ao meio ambiente, ao bem-estar e à infraestrutura no meio rural (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015).

Por outro lado, o processo de negociações estabelecido com o Estado, a partir das pautas apresentadas no decorrer das Marchas, resultou na oferta de um conjunto de programas, políticas e ações que, trazendo o enfoque de gênero, intencionou acolher as demandas apresentadas pelas mulheres do campo e da floresta, reconhecendo-as assim como sujeitos de direito e, ao mesmo tempo, contribuindo para diminuir as desigualdades sociais no espaço rural. O acesso à documentação civil é um caso emblemático. Identificado como um fator fundamental para a afirmação das mulheres rurais como portadoras de direitos, ele se transformou numa demanda da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), a partir da Campanha Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, lançada em 1997. Tal demanda, retomada nas Marchas das Margaridas de 2000 e 2003, como o primeiro

ponto da pauta das reivindicações, foi transformada, em 2004, pelo Governo Federal no Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, que se mantém desde então, visto que ainda é grande a existência de um grande número de mulheres rurais sem documentos básicos, como carteira de identidade.

Siliprandi e Cintrão (2015, p. 584) afirmam que:

Além dessas, outras políticas foram criadas ou reformuladas a partir de processos semelhantes [...]. Em um balanço feito recentemente pela Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais do MDA são apontados os principais programas e políticas lançados nos últimos anos por aquele ministério, objetivando diminuir as desigualdades de gênero no meio rural: Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (2004); Crédito Especial para Mulheres – Pronaf Mulher (2003/2004); Assistência Técnica Setorial para Mulheres (2005); Programa de Organização Produtiva para as Mulheres Rurais (2008); Criação da Modalidade Adicional de Crédito para Mulher na Reforma Agrária – Apoio Mulher (2008); além de mudanças substanciais no tratamento dado as mulheres, por exemplo, nas políticas de acesso à terra[...]. No período subsequente, de 2011 a 2013, destaca-se a agenda de combate à pobreza extrema com o Plano Brasil Sem Miséria e o atendimento de parte das demandas das mulheres por cotas, incorporadas em programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e nas chamadas públicas para seleção de prestadoras de serviços de Assistência Técnica.

Mesmo a existência de uma diretoria no MDA específica para as mulheres rurais aponta para modificações na própria institucionalidade do Governo Federal. Estes sujeitos, a partir de 2003, passaram a contar com um Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Ppigre), espaço criado no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através do qual as demandas encaminhadas pelas mulheres a esse Ministério eram acolhidas. Além disso, segundo Siliprandi e Cintrão (2015, p.584), esse Programa, na prática, “[...] funcionou como uma assessoria de gênero àquele Ministério, e ao Governo Federal como um todo, buscando facilitar o acesso das mulheres rurais ao conjunto de políticas existentes e promovendo um diálogo permanente com os movimentos de mulheres”. Em 2010, o Ppigrese transformou na Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (Aegre), ligada diretamente ao gabinete do ministro de Desenvolvimento Agrário, tornando-se, ao final deste mesmo ano, uma diretoria do MDA: a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR), contando com um orçamento e um corpo técnico próprios. Ainda de acordo com os autores, “[...] estas mudanças institucionais significaram um

aumento de poder e um reconhecimento, no âmbito daquelas instâncias de governo, da importância de ações afirmativas” (p. 584).

Todas essas mudanças e os avanços obtidos em termos de políticas voltadas às mulheres do campo e da floresta e o seu reconhecimento explícito como beneficiárias de políticas estatais se devem, em grande medida, aos esforços das organizações de mulheres, tendo a Marcha das Margaridas cumprido um papel fundamental nesse processo. Contudo, essas políticas ainda não são suficientes para garantir nem mesmo a igualdade formal entre os gêneros no meio rural. O caminho ainda é longo. Ademais, o acesso das mulheres a essas políticas ainda é limitado, apresentando obstáculos de várias ordens, os quais não serão aqui tratados por não serem objeto das reflexões propostas neste artigo. O fato é que as mulheres do campo, da floresta e das águas ainda precisarão marchar muito para que a igualdade real entre os gêneros, no meio rural, seja alcançada.

#### **4 Considerações finais**

Um olhar sobre os movimentos de mulheres rurais de um modo geral nos faz ver que houve transformações tanto na sua forma organizativa como no seu aparecimento público. Vários movimentos, representando identidades sociais e políticas diversas, emergiram no espaço público, através de ações e mobilizações que, ao se fazerem crescentes, deram visibilidade às mulheres rurais. Uma dessas ações, a Marcha das Margaridas, propõe, mediante suas reivindicações, mudanças que podem ser entendidas tanto como econômico-estruturais quanto simbólico-culturais, ao apresentar demandas que incluem tanto o reconhecimento cultural, o reconhecimento da diferença, quanto a redistribuição econômica.

Às reivindicações históricas das mulheres rurais, como as previdenciárias e de direitos sociais, dirigidas ao Estado, somaram-se outras, relacionadas a temas produtivos e vinculados a um projeto estratégico de desenvolvimento rural, o qual, na sua concepção, questiona a ação do agronegócio, reafirma a importância do papel da agricultura familiar e questiona o lugar das mulheres na sociedade. Além disso, a Marcha das Margaridas vem mostrando, a cada ano em que ocorre, uma extraordinária capacidade de ampliar as dimensões constitutivas da identidade das trabalhadoras rurais, ao se nomearem mulheres do campo, da floresta e das águas, de ampliarem as suas bandeiras de lutas

e de reafirmarem os seus direitos, ao propor a construção de políticas públicas que respondam às suas reivindicações. Tal feito é potencializado pelo contínuo processo de crescimento da sua capacidade articulatória e de mobilização, o que determina a força e o alcance das reivindicações, bem como o poder de negociação das Marchas das Margaridas no decorrer desses 15 anos.

Por fim, diante dos processos de transformação em curso no campo, incluindo as florestas e as águas em toda sua diversidade e dinâmica, e dos conflitos e resistências que vivem suas populações, principalmente diante da expansão do agronegócio e dos impactos dos grandes projetos que norteiam o modelo de desenvolvimento vigente, e que impactam sobremaneira a vida as mulheres que ali vivem, talvez o grande desafio que se apresenta, hoje, para as mulheres rurais, camponesas, mulheres do campo, da floresta e das águas, enfim, seja a construção da unidade. O avanço da convergência dos movimentos numa construção unitária desafia os movimentos de mulheres de um modo geral, mas, especialmente, a Marcha das Margaridas, pelo seu aspecto articulatório. Enfrentar esse desafio significa se desvencilhar das identidades protegidas e impulsionar processos dialógicos que promovam um amplo debate sobre a realidade das mulheres do campo, da floresta e das águas no contexto atual, e sobre as bases de um projeto político de sociedade (ou de desenvolvimento) a partir da perspectiva feminista.

## Referências

ABRAMOVAY, M.; SILVA, R. As relações de gênero na Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG). In: ROCHA, M. I. B. (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. 34. ed. São Paulo: ABEP; NEPO/Unicamp; Cedeplar/UFMG, 2000. p. 347-366.

AGUIAR, V. V. P. **Somos todas margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político**. 2015. 521 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Quebradeiras de coco babaçu: identidade e mobilização**. São Luís: MIQCB, 1995.

ALVAREZ, S. Women's participation in the brazilian "people church": a critica appraisal. **Feminist Studies** – University of Maryland/US, n. 2, v. 16, p. 381-408, 1990.

\_\_\_\_\_; ESCOBAR, A. Introdução – o cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: EUFMG, 2000. p. 15-60.

BETTO, F. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. 5. ed. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos).

BORDALO, C. A Sindicatos rurais e movimentos sociais: duas tradições na luta pela representação política das trabalhadoras rurais. In: SIMPÓSIO ESTADUAL DE LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA: “CRISE DAS DEMOCRACIAS LATINO-AMERICANAS: DILEMAS E CONTRADIÇÕES”, 2, 2006, Londrina. **Anais eletrônicos...** Londrina: UEL, 2006. Disponível em: <[http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/carolinearaujo\\_bordalo.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/carolinearaujo_bordalo.pdf)>. Acesso em: 22 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. Pelo direito de ser e estar: engajamento, mobilização e socialização política nos movimentos de mulheres rurais em Pernambuco. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO– CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8., 25-28 ago. 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, 2008. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/autores.html>>. Acesso em: 22 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **Os caminhos da política:** o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco. 2011. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

BURDICK, J. Gossip and secrecy: women’s articulation of domestic conflict in three religions of urban Brazil. **Sociological Analysis**, v. 50, n. 2, p. 153-170, 1990.

CAPPELLIN, P. G. Trabalhadoras rurais e aspirações feministas: um diálogo em curso. In: SILVA, E. M. et al. **Camuflagem e transparência:** as mulheres no sindicalismo. Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora. São Paulo: CUT, 1990. p. 17-20.

\_\_\_\_\_. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 640-668.

CARNEIRO, M. J. Mulheres no campo: notas sobre a sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 2, p. 11-22, jun. 1994.

CHAVES, C. de A. **A Marcha Nacional dos Sem-Terra:** um estudo sobre a fabricação do social. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

CARVALHO, M. do C. A. A. **Participação social no Brasil hoje**. São Paulo: Polis, 1998.

CHOINASKI, L. Uma experiência prática de luta. In: BORBA, A.; FARIA, N.; GODINHO, T. (Org.). **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 225-239

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES – CONTAG. **Caderno de textos para estudo e debates – Marcha das Margaridas 2011**. Brasília, 2011. Disponível em: <[http://www.CONTAG.org.br/imagens/fcaderno\\_textos\\_marcha\\_2011.pdf](http://www.CONTAG.org.br/imagens/fcaderno_textos_marcha_2011.pdf)>. Acesso em: 8 ago. 2016.

DANIGNO, E. et al. **Os movimentos sociais e a construção democrática: sociedade civil, esfera pública e gestão participativa**. Campinas: IFICH/Unicamp, 1999. (Dossiê do Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática).

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, jan./abr. 2004.

\_\_\_\_\_.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DROGUS, C. A. No land of milk and honey: women CEB activists in post transition Brazil. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, Miami, v. 41, n. 4, p. 35-51, winter 1999.

FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 27-44, out./2006.

FRASER, N. ¿De la redistribución al reconocimiento? Dilemas en torno a la justicia en una época “postsocialista”. In: \_\_\_\_\_. **Justicia interrumpida: reflexiones críticas desde la posición “postsocialista”**. Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad de los Andes, 1997. p. 17-54.

GIULIANI, P. Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do NE, 1976-86. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Org.). **Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Vértice, 1989. p. 255-300.

HEREDIA, B.; CINTRÃO, R. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: UNIFEM. **O progresso das mulheres no Brasil**. Brasília: Unifem; Fundação Ford; Cepia, 2006. p. 103-131

LAVALLE, A. G.; CASTELLO, G.; BICHIR, R. M.. Quando novos atores saem de cena. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 37-55, out.2004.

MACHADO, M. das D. C.; MARIZ, C. L. Mulheres e prática religiosa nas classes populares: uma comparação entre as igrejas pentecostais, as Comunidades Eclesiais de Base e os grupos carismáticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 71-87, 1997

MEDEIROS, L. \_\_\_\_\_. “Sem terra”, “assentada”, “agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, Norma (Org.). **Una nueva ruralidad en América Latina**. Buenos Aires: Eudela/Clacso, 2001. p. 103-128

\_\_\_\_\_. **Marcha das Margaridas**: novas nuances nas lutas por direitos no campo. 2008. Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/analiseMostrar.cfm?colu-na\\_id=3718](http://www.cartamaior.com.br/templates/analiseMostrar.cfm?colu-na_id=3718)>. Acesso em: 10 ago. 2016.

MOUFFE, C. Feminismo, cidadania e política democrática radical. **Debate Feminista**, São Paulo, Edição Especial (Cidadania e Feminismo), p. 29-47, 1999.

NOVAES, R. R.. Continuidades e rupturas no sindicalismo rural. In: BOITO, Armando (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos oitenta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 171-185

PALMEIRA, M. A diversidade da luta no campo: luta e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (Org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985. p. 43-51.

PAULILO, M. I. A mulher e a terra no Brejo Paraibano. In: BRUSCHINE, M. C.; ROSEMBERG, F. **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 163-190.

\_\_\_\_\_. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abr. 2004.

\_\_\_\_\_. Intelectuais e militantes e as possibilidades de diálogo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 927-940, set./dez. 2010.

PRADO, M. A. M.; COSTA, F. A. Estratégia de articulação e estratégia de aliança: possibilidades para a luta política. **Revista Sociedade e Estado**, v. 26, n. 3, p. 685-720, set./dez. 2011.

PIMENTA, S. D. **Participação, poder e democracia**: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. 2012.87f. Monografia (Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

\_\_\_\_\_. Participação, poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. In: SILVA, E. M.; SOARES, L. B. et al. (Org.). **Políticas públicas e formas societárias de participação**. Belo Horizonte: Fafich/UFMG, 2013. p. 155-184.

\_\_\_\_\_. Trabalhadoras do campo e da floresta: diversidade, protagonismo político e desafios na construção da unidade. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA RURAL, 9., Cidade do México, 2014. **Anais...** Cidade do México, 2014.

PINHEIRO, M. B. As Comunidades Eclesiais de Base e a conscientização política de mulheres: notas iniciais de pesquisa. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007.

ROHDEN, F. Feminismo do sagrado: uma re-encenação romântica da diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 96-123, 1996.

SCHAAF, A. V. D. **Jeito de mulher rural**: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2001.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado** – Dossiê: movimentos sociais, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

\_\_\_\_\_. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. (Série Estudos Rurais).

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. As mulheres rurais e a diversidade de produtos no programa de aquisição de alimentos. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. (Org.). **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília: MDS/Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2014. p. 114-151.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 12-32, 2011.

TEIXEIRA, F. **Comunidades Eclesiais de Base**: bases teológicas. Petrópolis: Vozes, 1988.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Recebido em: 11/04/2016

Aceito em: 21/10/2016

## Rural Women, Social Movement and Political Participation: reflections from the March of the Daisies

### **Abstract**

The article presents some considerations on the role of rural women's movements, taking as object of reflection in March of the Daisies, collective action carried out by women in the field and forest, which occur every four years, in Brasília. Considering it as part of the historical process of organization of rural women workers, try to rescue here the emergence of movements of rural women, situated in the context of the democratic opening of the 1980s, and its performance in recent years, in the course of which I position the march of the Daisies. The article shows that, with a transformation both in its structure and organizational dynamics, and in their public appearance, the March of the Daisies, working in network, has produced visibility to women's field and forest, has created impact in the public sphere and obtained achievements for citizenship, proving capable of dialogue with the state and focus on public policies.

**Keywords:** Rural women. Participation. Women's movement. March of the Daisies.